

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0103/2026

PREFEITARIA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar, exigência prevista no inciso XX, do art. 6º e inciso I, do art. 18, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda apresentada, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o termo de referência e o respectivo processo de contratação.

1. OBJETO DESSE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem como propósito assegurar a viabilidade técnica da OBJETO: Contratação de Empresa especializada no ramo para aquisição de cascalho, destinados a manutenção, recuperação e execução de obras de infraestrutura urbana e rural, incluindo a conservação de estradas vicinais, recuperação de vias públicas, manutenção de acessos a comunidades rurais, apoio às atividades de transporte escolar, escoamento da produção agrícola, bem como demais serviços executados pela Prefeitura Municipal e pelos Fundos Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e Meio Ambiente.

OBSERVAÇÃO: Durante a realização do Pregão Eletrônico nº 008/2026, PROCESSO 71/2026 verificou-se que o item referente ao fornecimento de cascalho restou deserto, em razão da ausência de propostas válidas/interessados para o referido item, embora os demais itens do certame tenham transcorrido regularmente.

2. DAS UNIDADES REQUISITANTES:

. UNIDADES REQUISITANTES

- a) São unidades requisitantes da presente contratação:
- b) Prefeitura Municipal de Tocantinópolis;
- c) Fundo Municipal de Educação;
- d) Fundo Municipal de Saúde;
- e) Fundo Municipal de Assistência Social.

3. DA NECESSIDADE E DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1. O presente Estudo Técnico Preliminar visa apontar a opção com maior viabilidade técnica, eficiente e econômica para a aquisição de cascalho destinado à manutenção, recuperação e conservação de estradas vicinais, vias públicas, acessos rurais, obras de infraestrutura urbana e rural, apoio ao transporte escolar, escoamento da produção agrícola e demais serviços executados pela Prefeitura Municipal de Tocantinópolis e Fundos Municipais

3.2. Há também no planejamento desta Administração Pública manter o programa de construções de unidades habitacionais.

3.3. Considerando que o presente objeto aqui solicitado é essencial para a continuidade da boa prestação do serviço público e a infraestrutura do município, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço que é considerado público, de uso comum e posse de todos em todos os períodos do dia e com acessibilidade.

3.4. A continuidade da manutenção e/ou conservação da estrutura pública traduz-se em melhor imagem da cidade, favorecendo o turismo, o comércio, e o lazer, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social e econômico da população. O desgaste dos materiais que compõem a infraestrutura, sob pena de apresentarem defeitos, sendo que, a solução é a prevenção por meio de serviços operacionais, que incluem a manutenção preventiva e corretiva.

3.5. A manutenção preventiva, adequada e eficiente é uma forma racional de aplicar os recursos destinados para a melhoria dos prédios e demais espaços públicos ficando clara a necessidade da Administração Municipal atuar com agilidade e eficiência na execução da conservação da infraestrutura do município, uma vez que é seu dever e responsabilidade organizar e prestar os serviços de interesse local.

3.6. A aquisição de cascalho justifica-se pelo interesse público na manutenção da infraestrutura viária do município, sendo material indispensável para execução dos serviços realizados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e demais órgãos municipais.

3.7. As estimativas da demanda de cascalho foram elaboradas considerando o consumo dos exercícios anteriores, as necessidades atuais das unidades requisitantes e a inexistência de contrato vigente para fornecimento do material.

3.8. A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos produtos a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos municipais.

3.9. O objeto deste estudo torna-se imprescindível diante da necessidade de manter a continuidade e finalidade dos serviços públicos oferecidos aos nossos usuários (servidores e demais usuários), além de suprir o estoque do Município para atender as demandas dos diversos Órgãos Municipais requisitantes desta demanda.

3.10. Por tratar-se de material comum, com necessidade de contratações frequentes com previsão de entregas parceladas para atender demandas de quantitativos variáveis e mediante disponibilidade de espaço físico para acondicionamento no almoxarifado, optou-se pelo registro de preços.

3.11. Tendo em vista que a ata de registro de preços em vigor teve seu encerramento no mês de março de 2026, justifica-se a necessidade de realizar nova Licitação para o Registro de Preços.

3.12. Os quantitativos foram estimados com base na média de consumo dos últimos dois exercícios, acrescidos da necessidade de manutenção preventiva das estradas vicinais e da política de estoque destinada a evitar desabastecimento.

3.13. A essencialidade se fundamenta nos danos e prejuízos que podem ser causados à Administração Pública no caso de eventual paralisação da prestação dos serviços, e, nesse sentido, busca assegurar a integridade do patrimônio público e/ou manter o funcionamento de atividades finalísticas dos entes administrativos. A habitualidade, por sua vez, corresponde à necessidade permanente dos serviços que se objetiva contratar. Destaca-se que, portanto, os serviços continuados podem ser vários, desde que presentes os requisitos da essencialidade e habitualidade, não existindo um rol taxativo para essa caracterização, já que cada necessidade deve ser analisada dentro de cada contexto fático.

3.14. O não atendimento desta Aquisição/Contratação inviabilizará o cumprimento do supracitado Plano e impossibilitará o atendimento adequado das demandas deste Município no que se refere aos Itens em questão, causando sérios prejuízos às atividades desempenhadas pelas unidades e órgãos usuárias.

3.15. E por todo o já exposto, pode-se asseverar com segurança que os serviços essenciais são para a coletividade e para o Ordenamento Jurídico indispensáveis à manutenção da vida e dos direitos, conceitos este que reforça a tese de impossibilidade de sua interrupção. Além do mais, por serem indispensáveis à normalidade das relações sociais ocupam natureza pública, onde não se evidencia proprietários destes serviços, mas apenas gestores que devem atuar para a preservação de sua utilização pelo homem.

3.16. Registra-se que o item "cascalho" foi objeto do Pregão Eletrônico nº 008/2026, Processo Administrativo nº 071/2026, tendo restado deserto por ausência de propostas válidas para o item, embora os demais itens do certame tenham sido regularmente adjudicados. Diante da permanência da necessidade administrativa e do interesse público envolvido, torna-se necessária a abertura de novo procedimento licitatório para garantir o fornecimento do material e a continuidade dos serviços públicos essenciais.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR: São os meios de diferenciar as propostas apresentadas e fazer sobressair a proposta mais vantajosa para a Administração, respeitando o princípio da isonomia entre os concorrentes. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes previstas no Edital de Licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

- a) CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO: Destinam-se à avaliação dos licitantes sob os aspectos de capacidade jurídica; fiscal, social e trabalhista; técnica e econômico-financeira (art. 62 da Lei nº 14.133/2021) e devem ser inseridos no termo de referência e no futuro edital da licitação.
- b) CRITÉRIOS TÉCNICOS:
- c) Trata-se de fornecimento de material comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado. As especificações foram revisadas considerando a utilização de materiais menos nocivos ao meio ambiente, com maior eficiência na utilização dos recursos

- naturais, certificações que qualifiquem o produto e outras ponderações que atendam a demanda (exemplo: INMETRO) e demais normas pertinentes.
- d) Os materiais acima descritos deverão ser entregues de acordo com as normas vigentes, respeitando todas as solicitações e especificações.
 - e) O cascalho deverá atender às especificações técnicas e normas aplicáveis, devendo apresentar características adequadas para utilização em revestimento primário, manutenção de estradas vicinais e obras de infraestrutura.
 - f) REQUISITOS LEGAIS:
 - g) A contratação deve obedecer às normas de licitações e contratos, bem como à legislação específica, conforme levantamento de mercado e de acordo com a solução escolhida.
 - h) Não é necessária a exigência de garantia ao contrato.
 - i) Necessidade de utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução: A contratação não pressupõe a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução.
 - j) Não há vedação a uma marca/produto específico, nos termos do Art. 41, inciso III, da Lei 14.133/2021.
 - k) Entendemos, portanto, que a aquisição do material nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades do Município no que tange às exigências.
 - l) Ademais, a contratação do referido material deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1. No contexto do levantamento de mercado, foram consideradas diferentes formas de aquisição dos materiais necessários, incluindo a compra direta de fornecedores locais, a participação em consórcios para compras conjuntas, e a realização de um processo licitatório para selecionar fornecedores qualificados. Cada opção foi avaliada com base na capacidade de atender às demandas específicas do município, tanto em termos de volume quanto de especificações técnicas dos materiais.

5.2 A diversidade e a especificidade dos materiais requisitados exigem fornecedores com uma ampla gama de produtos e com capacidade para atender grandes volumes sem comprometer a qualidade. A qualidade dos materiais é crucial para garantir a durabilidade e a segurança das obras de infraestrutura, razão pela qual a seleção de fornecedores deve ser realizada com base em critérios técnicos rigorosos. Além disso, a variabilidade nas necessidades de projeto demanda flexibilidade no fornecimento dos materiais, capaz de ajustar-se às mudanças de escopo e aos cronogramas das obras.

5.3. Os bens classificados como comuns possuem padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado. A pesquisa de preços para estimativa do valor unitário máximo a ser aceito na

licitação terá por base pesquisa de preços, nos termos da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, no Portal Nacional de Compras Públicas, no Painel de Preços do Governo Federal e sites de domínio público, em pesquisa realizada pelo Departamento de Compras do Município.

6. ANÁLISES DAS SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO

6.1. Após levantamento não identificamos alternativas de solução no mercado para o problema apresentado que não seja a aquisição na forma descrita nesse estudo. Para a contratação em tela, verificou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração, no intuito de identificar melhores práticas, metodologias e soluções que melhor se adequassem a nossa necessidade. Na oportunidade, constatamos que a forma de contratação é similar aos modelos adotados em outras contratações no âmbito da Administração Pública. Salienta-se ainda que esta é a forma atual adotada, atendendo perfeitamente as necessidades da administração.

6.2. Assim, conclui-se que a melhor forma de atendimento da presente demanda é por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, com base no disposto no art. 6º, inciso XLV, da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual diz que o aludido Sistema de Registro de Preços é um conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras, por se comprovar técnica e economicamente viável, trazendo resultados em curto prazo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A aquisição de cascalho permitirá atender às demandas de manutenção e recuperação das estradas vicinais, vias urbanas não pavimentadas, acessos rurais e demais obras de infraestrutura executadas pelo Município.

7.2 A adoção do Sistema de Registro de Preços decorre da necessidade de contratações frequentes e eventuais, da dificuldade de precisar os quantitativos exatos a serem utilizados em decorrência das atuais limitações e incertezas orçamentárias, e ainda, objetiva evitar a mobilização desnecessária de recursos e o seu consequente desperdício. Permite assim que a Administração realize as suas contratações com racionalidade e de forma parcelada.

7.3. O cascalho enquadra-se como bem comum, possuindo especificações usuais de mercado, sendo possível sua contratação por meio de Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item.

7.4. A melhor solução identificada para atendimento da demanda consiste na realização de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cascalho, possibilitando contratações parceladas conforme a necessidade da Administração.

8. DO QUANTITATIVO:

8.1. Nos termos do art. 5º Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, os quantitativos foram estimados considerando a média de consumo dos anos de 2024 e 2025 (últimos dois

anos), realizados nos últimos dois pregões referente ao mesmo objeto desta futura aquisição e considerando também uma Política de Estoque que evite o desabastecimento, pois a última aquisição do Registro de Preço garantirá saldo e até a conclusão de novo Procedimento Licitatório.

ITEM	PM	FME	FMS	FMAS	QTD.	UNI.	DESCRIÇÃO DO OBJETO
01	7.880	850	450	180	9.360	m ³	Aquisição de cascalho, medido em metros cúbicos (m ³). carrada (carga) de 16 metros cúbicos

9. DOS BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:

9.1. A presente Aquisição/Contratação possibilitará o cumprimento do supracitado Plano Estratégico, viabilizando o atendimento satisfatório da demanda para os Órgãos e Unidades pertencentes ao Município de Tocantinópolis: Prefeitura Municipal de Tocantinópolis; Fundo Municipal de Saúde; Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Assistência Social e demais Secretarias Municipais.

9.2. Os resultados esperados com essa contratação dizem respeito aos seguintes aspectos:

- Atender a preceitos legais e orientações vigentes;
- Minimizar chances de inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgastes, custos ou prejuízo à Administração;
- Alinhar o planejamento esperado da contratação com a análise adequada das propostas no momento da licitação quanto aos fatores pretendidos, ponderando os recursos envolvidos para a seleção da proposta mais vantajosa e consequentemente uma contratação eficiente;
- Assegurar um ambiente de ensino e trabalho agradável à boa execução das atividades institucionais para a prestação do serviço público com qualidade e excelência;
- Garantir o pleno atendimento à população com a construção e reforma dos locais públicos e manter o programa de construção de unidades habitacionais; e
- Contribuir para a adequada preservação do patrimônio público, com conservação da estrutura física da instituição através das reformas e manutenção corretiva e preventiva para minimizar os impactos da depreciação natural.

10. DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP):

10.1. Entre as soluções disponíveis no mercado, a única opção viável é a Aquisição/Contratação, vez que tais Itens se destinam a compor o estoque dos Órgãos Públicos Municipais pertencentes ao Município de Tocantinópolis.

10.2. Para os itens a serem adquiridos existem um grande número de fornecedores no mercado regional e nacional, que oferecem produtos dentro das especificações solicitadas. E a maioria das contratações públicas para esses itens ou similares são através de ata de registro de preços. Diante disso, a opção mais vantajosa e econômica para contratação desses itens é a que apresente maior oferta na disputa de fornecedores

10.3. Os Itens em questão, definidos no Termo de Referência (TR), atendem às especificações usuais constantes no Mercado e destinam-se a utilização pelas Unidades pertencentes aos Órgãos Públicos Municipais do Município de Tocantinópolis. Optamos por realizar a presente Aquisição/Contratação, através do Sistema de Registro de Preços - SRP, com base no disposto no art. 6º, inciso XLV, da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual diz que o aludido Sistema de Registro de Preços é um conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

10.4. Considerou, ainda, o fato de que o referido Sistema possibilita um controle mais efetivo quanto à Distribuição dos Itens a serem adquiridos, traduzindo-se no estímulo ao Consumo Sustentável/Consciente.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

11.1. A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 5º da lei nº 14.133/2021, além de identificar existência de novas metodologias, soluções ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, com menor impacto ambiental negativo no uso de produtos e serviços, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais.

11.2. A contratada deverá comprovar que a extração e comercialização do cascalho possuem licenciamento ambiental válido, emitido pelo órgão competente.

11.3. O transporte e fornecimento do material deverão observar as normas ambientais vigentes, minimizando impactos decorrentes da extração mineral e do transporte.

.12 DO ENQUADRAMENTO COMO BENS OU SERVIÇOS COMUNS:

12.1. Trata-se de fornecimento de material comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado.

13. DA AVALIAÇÃO DO PARCELAMENTO OU DA UNIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

13.1. Considerando que o objeto da contratação consiste exclusivamente no fornecimento de cascalho, material de natureza homogênea e com características técnicas padronizadas, não se mostra tecnicamente viável ou economicamente vantajoso o parcelamento do objeto.

13.2. A contratação em item único permite maior competitividade entre os fornecedores, simplifica a gestão contratual, facilita a fiscalização da execução e proporciona ganhos de escala, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

13.3. Dessa forma, conclui-se que a unificação do objeto em um único item atende de forma mais adequada às necessidades da Administração, não havendo prejuízo à competitividade do certame, nos termos do art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

14. DO ORÇAMENTO, ESTUDOS DOS QUANTITATIVOS A SEREM ADQUIRIDOS E MEMÓRIA DE CÁLCULO:

14.1. O Orçamento detalhado foi elaborado, conforme Pesquisa de Preços, traduzida nas Planilhas constantes em Anexo – Mapa de Preços, a qual integrará o respectivo Termo de Referência (TR).

14.2 Os quantitativos de cascalho foram definidos com base no histórico de consumo dos exercícios de 2024 e 2025, na extensão da malha viária rural do município, na necessidade de recuperação de estradas vicinais e na previsão de execução de serviços de infraestrutura durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços

15. DA CONTRATAÇÃO:

15.1. As Contratações decorrentes deste procedimento licitatório, serão formalizadas mediante licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços-SPP e Ata de Registro de Preços-ARP e Termo de Contrato, fundamentados nos incisos VIII, XLI, XLV e XLVI, todos do art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. Após a realização desse Estudo Preliminar, o Termo de Referência será elaborado e caso aprovado pela Administração Central será realizada Licitação através de PREGÃO ELETRÔNICO, por MENOR PREÇO POR ITEM.

15.3. A Administração, ciente de que realizar licitações, cujos objetos sejam vantajosos e que retornem ao cidadão como um serviço eficaz e de qualidade, desenvolverá a coleta dos preços com base em uma planilha de custos, de maneira a obter um preço justo e compatível com o de mercado, proporcionando um equilíbrio, de modo que não haja superfaturamento da contratação e haja viabilidade de competição para as empresas.

15.4. Considerando a programação, a (as) contratada (as) deverá (ão) seguir, obrigatoriamente, o cronograma preestabelecido em comum acordo entre contratante e contratada.

15.5. A fiscalização e gestão do contrato decorrente deste processo licitatório será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Controle Interno.

15.6. Os Pedidos observarão os Quantitativos dispostos nas Planilhas anexas.

15.7. O Contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.8. É vedada, a Subcontratação Total ou Parcial do Objeto, com fundamento no art. 122, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. DA ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

16.1. O custo da contratação será de R\$ 801.840,00 (oitocentos e um mil oitocentos e quarenta reais), com base no valor total estimado da pesquisa de mercado elaborado pela administração.

16.2. Foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado por item, a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços realizada nos Portal de Compras Públicas e no Painel de Preços Público e Sites de Domínio Amplo nos últimos 6 meses, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 65/2021, art. 5º, inciso I e III, onde foi dado prioridade ao inciso I, como exige o § 1º, do art. 5ª, no entanto, , não foi possível encontrar todos os itens objeto deste estudo, por isso optou-se em utilizar a pesquisa descrita no inciso III. Foi utilizada a metodologia da média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, com a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, para estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado.

17. DA ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO:

17.1. Dependerá das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços - ARP.

18. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

18.1. Diante do exposto, declaramos a viabilidade da contratação, nos termos dispostos nestes Estudos Técnicos Preliminares (ETP), face às soluções encontradas e a oferta do mercado sobre o serviço.

19. DA ANÁLISE DE RISCOS:

Risco 1: Falta de Recursos Orçamentários para Contratação do Objeto.

Probabilidade: [X] Baixa [] Média [] Alta

DANOS	IMPACTO
Falta de Recursos Orçamentários para Aquisição dos Materiais, objeto desta Contratação.	Não realização das Atividades que dependam dos Itens Objeto deste Estudo, com o consequente Desabastecimento do Estoque dos Órgãos Públicos Municipais Pertencentes ao Município de Tocantinópolis.
AÇÃO DE MITIGAÇÃO E CONTIGÊNCIA	PRAZO
Reserva ou Realocação de Recursos Orçamentários e Financeiros pelos Gestores dos Fundos Municipais	Até o início dos Procedimentos Licitatórios

Pertencentes ao Município de Tocantinópolis.	
--	--

Risco 2: Ausência de Fornecedores Habilitados para o Fornecimento do Material, Objeto da Contratação/Aquisição

Probabilidade: ☒ Baixa ☐ Média ☐ Alta

DANOS	IMPACTO
Atraso ou não efetivação da Aquisição/Contratação.	Necessidade de Refazer os Procedimentos Licitatórios
AÇÃO DE MITIGAÇÃO E CONTIGÊNCIA	PRAZO
Análise das condições do Mercado e, se for o caso, mudança dos Requisitos do Objeto, com o objetivo de ampliar o leque de possíveis Fornecedores, desde que se observe a manutenção do atendimento das necessidades da Área Demandante.	Até o início dos Procedimentos Licitatórios

Risco 3: Descumprimento Contratual Grave ou Inexecução.

Probabilidade: ☐ Baixa ☒ Média ☐ Alta

DANOS	IMPACTO
Não efetivação do fornecimento do material, objeto desta Estudo/aquisição.	Não realização dos Serviços/Atividades que dependam dos Itens Objeto deste Estudo/Aquisição, com o consequente Desabastecimento do Estoque dos Órgãos Públicos Municipais Pertencentes ao Município de Tocantinópolis.
AÇÃO DE MITIGAÇÃO E CONTIGÊNCIA	PRAZO
Inclusão de penalidades e condições de habilitação que reduzam as chances de que a Contratação seja realizada com empresas inidôneas ou incapazes de atender às necessidades na fase de execução contratual.	Até o início dos Procedimentos Licitatórios

20. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE E ASSINATURA:

20.1. O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação objeto deste estudo se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

20.2. Conforme o § 1º do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes.

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar nos termos em que se encontra.

Tocantinópolis/TO, 03 de junho de 2026.



Paulo Sergio Gomes Barros

Secretário Municipal da Infraestrutura e Habitação




Walderice Santos Silva

Secretaria Executiva Administrativo do Fundo Municipal de Assistência Social



Gizelle Silveira Santos

Diretora da Atenção Primária do Fundo Municipal de Saúde



Walkiria Cristina Ribeiro

Assistente Administrativo do Fundo Municipal de Educação